

# HEGEMONIA E FORMAÇÃO DA VONTADE COLETIVA EM GRAMSCI

Margarete Pereira Cavalcante\*

*RESUMO: Este artigo analisa a categoria 'hegemonia' no pensamento de Antonio Gramsci, em relação orgânica com a sua concepção de 'Estado', e de 'intelectual', no exercício de sua função organizadora de uma vontade coletiva, voltada para a construção de uma direção intelectual e moral, a ser exercida sobre a sociedade em geral. No texto é destacada a importância da luta por hegemonia pelas forças sociais subalternizadas, na disputa do Estado e na superação da ordem capitalista.*

*PALAVRAS-CHAVE: Estado; hegemonia e vontade coletiva.*

## Introdução

A análise das concepções gramscianas de Estado e de hegemonia, em sua relação com a formação da vontade coletiva direcionadas para um projeto nacional-popular, e o papel dos intelectuais nessa construção, supõe a possibilidade de analisar os sujeitos coletivos que atuam no campo das políticas públicas, na luta por direitos, nesse espaço de correlação de forças e de construção de consensos. Nesse processo, a percepção desses sujeitos coletivos ocorre, no momento em que estabelecem tal mediação, tornando-se protagonistas de reivindicações que são de outros segmentos da sociedade, comprometendo-se com a solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses segmentos, estabelecendo com eles uma aliança para a defesa de um projeto comum.

## 1. A concepção gramsciana de Estado

A concepção de Estado em Gramsci encontra-se articulada à noção de intelectuais e hegemonia. Em carta dirigida à Tatiana Schucht, datada de 7 de setembro

---

\* Assistente Social, Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutora em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Educadora Popular e Associada da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP).

de 1931, quando se encontrava na Penitenciária de Turi, coloca que, nos estudos por ele desenvolvidos, “ampliou” sua noção sobre os intelectuais determinando, por outro lado, seus estudos sobre o Estado, ao identificar no fenômeno estatal a presença de uma sociedade civil em relação com o Estado restrito, ou sociedade política. Escreve Gramsci (2005, v.2, p.84):

Este estudo [sobre os intelectuais] também leva a certas determinações do conceito de Estado, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.).

Para Gramsci, uma estrutura econômica não é suficiente para manter-se por si mesma, requer um instrumento político-jurídico, superestruturas capazes de adequar a sociedade civil ao modo dominante de operar econômico, ou seja, “*o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica*” (GRAMSCI, 1999, p.323-4). Assim sendo, para manter ou mudar uma estrutura econômica, o Estado cumpre tal função, mas, também, exerce a tarefa de ‘educador’, na medida em que tende a criar e a organizar certo tipo de civilização, de cidadão, visto que opera sempre sobre as forças econômicas a serem mantidas ou inovadas.

Na constituição da sociedade regulada está colocada a superação da ordem capitalista e do seu Estado, com seus mecanismos coercitivos e autoritários da sociedade política, como também o fortalecimento dos organismos da sociedade civil, portadores materiais da hegemonia. Enfim, em uma sociedade regulada, expressão da superação da ordem burguesa, pode-se confundir Estado com Governo ou sociedade civil com Estado, mas deve-se notar que “*na noção geral do Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)*” (GRAMSCI, 2000b, p. 244), e deve ser vista como uma fase a ser superada. Assim, o próprio Estado deve ser superado. Para a criação do autogoverno em uma sociedade regulada, o tema do esgotamento e da dissolução do Estado é fundamental, na medida em que é possível pensar “*o elemento Estado-coerção em processo de*

*esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)” (GRAMSCI, 2000b, p.244).*

## 2. A hegemonia em Gramsci (a hegemonia como devir histórico)

O conceito de hegemonia em Gramsci encontra-se em estreita relação com a sua tentativa de pensar uma estratégia socialista na particularidade ocidental, especificamente na Itália das primeiras décadas no século XX, num período histórico de grandes transformações políticas, ocorridas a partir da Revolução Russa de 1917, com reflexos nas esquerdas ocidentais, na fase em que ocorreu a formação de sindicatos de massa, partidos políticos, conselhos de fábrica, como uma socialização da política.

Como estratégia, irá elaborar o conceito articulado de guerra de posição e guerra de movimento, enquanto pares complementares e não dicotômicos momentos previstos e possíveis, dependendo das determinações sociais, econômicas e políticas e da correlação de forças em um dado momento da vida social. Gramsci terá sempre a preocupação de não descolar sua análise sobre superestruturas, das determinações econômicas, e, reafirmará, ainda, a força da historicidade como superação de todo determinismo econômico, quando questiona se é possível promover uma reforma cultural sem uma necessária e precedente reforma econômica, visto que *“uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral”* (GRAMSCI, 2000b, p. 19).

Fundamentado em sua concepção de Estado, Gramsci formula sua estratégia de conquista de poder, nas sociedades capitalistas de formação ocidental: é a ‘guerra de posição’ que traz a hegemonia e a aliança de classe como idéia central, dada a complexidade e autonomia que a sociedade civil ali alcança, frente ao Estado. Ele busca, com isso, compreender o Estado capitalista em suas especificidades, utilizando-se de uma analogia que relaciona o ‘oriente’ às sociedades com pouca socialização da política e da sociedade civil, onde o *“Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa”* (GRAMSCI, 2000b, p.262) e, o ‘ocidente’, com aquelas sociedades onde ocorre uma estreita relação entre sociedade civil e Estado, concebido como uma ‘trincheira avançada’, ao considerar que, *“havia entre o Estado e a sociedade civil uma*

*justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma poderosa estrutura da sociedade civil*”(Idem).

Nesse sentido, pode-se identificar um vínculo orgânico entre essas duas estratégias como momentos que convivem dialeticamente, na medida em que um não supõe a negação do outro, mas numa relação em que a utilização de uma das estratégias será determinada pelo movimento do real e não a priori. Não são concebidos como momentos estanques e incompatíveis, mas como processos historicamente construídos pela dinâmica das relações de forças presentes na realidade.

A hegemonia pode ser entendida como a capacidade de ‘direção intelectual e moral’ que um grupo social exerce sobre os demais e sobre a sociedade como um todo, quando absorve, num projeto totalizador, a vontade de grupos subalternos, na formação de uma vontade coletiva, enquanto fundamento e concretização da organização dos diversos setores sociais, em torno de um projeto. Nesse sentido, a construção da hegemonia passa pela superação de uma condição de subalternidade de setores e grupos, na medida em que, para universalizar, deve-se absorver a vontade dos grupos subalternos, nesse projeto coletivo, que ultrapasse interesses meramente corporativos. Não sair dessa subalternidade, implica uma impossibilidade – ainda que conjuntural – desses grupos se unirem em torno desse projeto, para se tornarem capazes de ser ‘dirigentes’, em face do processo de correlação de forças políticas e sociais presentes.

Ainda enfatizando o caráter de ‘direção intelectual e moral’ da hegemonia, em sua possibilidade de construção pelos grupos subalternizados, Gramsci (1999, p. 104) compreende a importância do desenvolvimento do conceito de hegemonia em sua dimensão político-prática, mas, também, como um progresso filosófico, na medida em que supõe uma imprescindível *“unidade intelectual e uma unidade ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos”*.

Desse modo, o conceito de hegemonia em Gramsci é concebido numa visão de totalidade que se expressa na unidade entre estrutura e superestrutura, entre economia e política, na relação tensa entre direção e domínio, consenso e coerção, como também no campo das idéias e da cultura, quando se busca conquistar consensos e construir um bloco social capaz de realizar uma reforma intelectual e moral, *“como algo que não opera apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade,*

*mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conceber*". (GRUPPI, 1991, p. 5).

### 3. Os intelectuais, hegemonia e formação da vontade coletiva.

Na construção e na manutenção de sua hegemonia, as classes dirigentes contam com os seus intelectuais orgânicos que atuam nas superestruturas. Segundo Gramsci os intelectuais emergem na história de duas formas: como intelectuais orgânicos, criados pela classe social originária de uma função essencial na produção econômica, como 'prepostos' ou empregados especializados, com o papel de organizar as relações gerais fora da indústria, ou seja, a classe cria para si "*camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político*" (GRAMSCI, 2000a, p. 15). Assim, os intelectuais orgânicos seriam criados pelas classes fundamentais, como especialistas para atuar no campo da técnica, da economia, da cultura e do direito, com uma função dirigente e técnica, portanto, intelectual.

Enquanto categoria, os intelectuais formam-se em conexão com as classes fundamentais que os criam, para ajudá-las na disseminação de suas idéias, de sua concepção de mundo, por meio das instituições, como a escola, a igreja, os meios de comunicação, etc. Mas, questiona se existe uma delimitação rígida no conceito de intelectual, já que, para ele, o critério de distinção entre o não intelectual e o intelectual deve ser buscado na sua relação com o conjunto das relações sociais, ou seja, como uma função, reconhecendo que, mesmo o trabalho físico requer um mínimo de conteúdo técnico, isto é, "*um mínimo de atividade criadora*" (GRAMSCI, 2000a, p. 18). Assim, é lícito dizer que, todos os homens são intelectuais, embora "*nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates)*" (Idem.).

O partido político é concebido como um intelectual coletivo, capaz de realizar a 'soldagem' entre os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais e capaz de transformá-los em "intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores" (GRAMSCI, 2000a, p. 24). Mesmo considerando que um partido, em sua composição, apresenta diferentes níveis de compreensão e de qualificação, não reside aí sua

importância, mas, pelo contrário, se todos os homens são intelectuais pela função que desenvolvem, mesmo a mais simples e mecânica dentro do partido, o fundamental é sua função de direção e de organização, portadora de um conteúdo educativo, e, portanto, intelectual. Desse modo, o ser intelectual não reside tão somente na capacidade discursiva, da eloquência, mas “*numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’*” (GRAMSCI, 2000a, p. 53).

#### 4. Subalternidade e vontade coletiva

Sendo a vontade coletiva “consciência operosa histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2000b, p. 17), caberia ao partido, como o ‘moderno Príncipe’ – numa referência ao Príncipe de Maquiavel –, a tarefa de criar as condições necessárias para a sua realização, segundo a execução de um plano de trabalho que consistiria na análise das condições de desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular; de acordo com uma análise histórica (econômica e social) do país e um resgate das lutas em torno das tentativas para a sua criação. Enfim, Gramsci atribui ao partido, enquanto organismo coletivo de direção das classes subalternas, a tarefa de formar essa vontade coletiva fundada em dois pontos centrais: “*formação de uma vontade nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral*” (GRAMSCI, 2000b, p. 18), visto que o partido seria a “*primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais*” (GRAMSCI, 2000b, p. 16). No entanto, essa vontade coletiva encontra condições favoráveis para o seu desenvolvimento no operariado urbano, na fábrica, na produção industrial. Nesse sentido, Gramsci reafirma a centralidade da fábrica em suas construções teóricas, explicitando a concretude de suas reflexões – a vontade coletiva encontra sua referência na produção, na base econômica, cujo protagonista é o operariado urbano –, sem descartar, no entanto, uma aliança fundamental com os camponeses para a conquista da hegemonia.

Gramsci (2000b, p. 243) faz uma distinção entre vontade coletiva e vontades particulares, destacando o atributo utópico dessas últimas e o fato de que “*não sabem ligar o meio ao fim e, portanto, não são nem mesmo vontades, mas veleidades, sonhos, desejos, etc.*”. Assim, a vontade coletiva revolucionária tem um fim determinado,

voltado para a organização de forças capazes de subverter o equilíbrio tradicional, o existente. Desse modo, coloca-se pertinente a questão de como se formam as vontades coletivas, ou de como superar as vontades particulares na perspectiva de constituição da vontade coletiva consciente e voltada para um determinado fim. Dirá Gramsci, com base na proposição de Marx, que *“a sociedade não se põe problemas para cuja solução ainda não exista as premissas materiais”* (137: ver cf.:GRAMSCI, 2000b, nota 1, p. 36) e que esse é o problema da formação de uma vontade coletiva. Entender criticamente tal proposição significa *“indagar como se formam as vontades coletivas permanentes e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva”* (GRAMSCI, 2000b, p. 287). Pode-se indicar, assim, um longo e árduo processo de formação, que exige uma direção coordenada capaz de construir certo grau de homogeneidade, necessário para uma ação conseqüente na realidade, que decorre da unificação dos múltiplos conflitos entre os mais diferentes indivíduos, mas que, no final de um longo e tenso processo, compõe uma unidade crítica que poucos ousariam esperar. Assim, como *“uma orquestra que ensina cada instrumento por sua conta, dá a impressão da mais horrível cacofonia, porém, estes ensaios são a condição para que a orquestra viva como um só ‘instrumento’”* (GRAMSCI, 2000b, p. 333).

Sem jamais desvincular suas reflexões das bases materiais e objetivas, da economia, Gramsci, em momento algum diminui ou subestima a relevância da ação dos homens e a intervenção humana capaz de abalar a economia, afirmando que, *“na economia, o elemento ‘perturbador’ é a vontade humana, vontade coletiva, cuja atitude varia de acordo com as condições gerais nas quais vivem os homens, isto é, ‘conspirativa’ ou organizada de diversas maneiras”* (GRAMSCI, 1999, p. 419).

Por essa razão, a iniciativa autônoma da vontade, por parte das classes subalternas, expressa em qualquer traço, deve ser considerada como de ‘valor inestimável’ pelo estudioso, ou seja, captar no movimento do real a possibilidade de uma intervenção humana na realidade, capaz de aglutinar as mais diversas forças sociais na defesa de um projeto societário, e, na luta, vai forjando o desenvolvimento de uma consciência que ultrapasse a visão corporativa para a universalidade. Sair da subalternidade implica pensar em um movimento de emancipação que se firma no cotidiano das lutas e que requer uma direção consciente e organizada capaz de criar as condições necessárias ao desenvolvimento da vontade coletiva que se expressa nos partidos políticos, nos sindicatos, nas mais diversas associações culturais, e na capacidade de poder ocupar, cada vez mais, a esfera estatal.

Assim, a conquista e a manutenção da hegemonia por parte das classes subalternas, não se efetiva tão somente pela tomada do poder político que deve expressar a transformação operada no modo de produção até então vigente, mas, faz-se necessário promover, desde antes, a direção intelectual e moral frente ao conjunto da sociedade, a fim de obter a supremacia de sua nova concepção de mundo, dirigindo os grupos aliados e exercendo o domínio sobre os grupos adversários, ou seja, *deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas, deve continuar a ser também 'dirigente'* (GRAMSCI, 2002, p. 62-3). A hegemonia exercida pela classe dominante e dirigente sobre o conjunto da sociedade em geral, pressupõe a incorporação, em certa medida, dos interesses das classes subalternas, sem, contudo, comprometer o essencial, visto que a hegemonia, mesmo sendo ético-política, é também econômica, ou seja, *“não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”* (GRAMSCI, 2000b, p. 48).

#### Considerações Finais

A relevância do conceito de hegemonia, para Gramsci, reside no seu caráter político, prático e filosófico, na medida em que expressa um devir histórico, em que o homem ativo de massa, apesar de transformar o mundo com o seu conhecimento prático, baseado na experiência herdada de seus antepassados, não tem clara consciência teórica de sua intervenção no real, ou não possui uma consciência contraditória na relação teoria e prática, ou seja, *“a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de 'distinção', de 'separação', de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária”* (GRAMSCI, 1999, p. 103). É a partir de confronto de hegemonias políticas, que o homem do povo elabora uma nova concepção do mundo, por meio da compreensão crítica de si mesmo e da realidade imediata, superando o senso comum. Assim, o desenvolvimento da hegemonia *“implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum*

*e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (GRAMSCI, 1999, p. 104).*

A utilização da categoria ‘hegemonia’ supõe a possibilidade de analisar os sujeitos coletivos que atuam no campo das políticas públicas, na luta por direitos, desvelando sua posição nesse espaço de correlação de forças, de construção de consenso, e sua percepção, na medida em que, ao estabelecerem tal mediação, tornam-se protagonistas de reivindicações que são de outros segmentos da sociedade, comprometendo-se com a solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses segmentos, e estabelecer, com eles, uma aliança para a defesa de um projeto comum.

Ao conceber que a construção da hegemonia é convertida em um espaço contraditório de disputa pelas classes subalternas, configura-se um campo de possibilidades estratégicas a serem construídas pelos diversos segmentos das classes subalternas organizadas em suas diferentes inserções. Cabe, ainda, não esquecer que a construção da hegemonia é um processo histórico, permanente e vinculado às classes sociais, que encontram nelas o seu fundamento e sua transformação, a partir de sua ótica e da necessária e real liberdade dos trabalhadores, no seu modo de viver, de produzir e de ser, no mundo.

A disputa por hegemonia pelas classes no interior do Estado, particularmente nas políticas públicas, configura-se como um campo de articulações, também entre os diversos segmentos das classes subalternas. A criação de mecanismos de participação nos processos decisórios, no âmbito do Estado, articulou tanto os mecanismos tradicionais de representação indireta, como o parlamento, quanto os de representação mais direta, como os conselhos de políticas, capazes de possibilitar a interferência das camadas populares na esfera estatal. A saúde, enquanto questão nacional pode constituir-se em um campo de possibilidades estratégicas na perspectiva de seu efetivo controle público e, assim, é possível pensá-la como um campo de articulação entre os vários segmentos subalternizados.

Trata-se de uma hegemonia que se constrói por meio da oposição às formas institucionais existentes, pela crítica às concepções de mundo e pela percepção de novas alternativas de transformação, através de um projeto coletivo que apresente como elementos fundamentais, *“a organização livre e soberana dos trabalhadores, e educação pública e gratuita e a construção de um projeto de saúde, sob o controle dos trabalhadores, entre outras tantas” (DIAS, 1999, p. 82).*

A luta por hegemonia, supõe a real possibilidade da construção de uma alternativa ao capitalismo, por meio da elaboração de táticas e estratégias, a partir das classes subalternas. Para tanto, é necessário não perder de vista a centralidade da luta e do projeto societário, para que não se identifique as conquistas materiais como sendo o elemento estratégico central. Nesse sentido, a luta por direitos é um nível fundamental da luta mais ampla dos trabalhadores em torno da construção de um projeto democrático-popular fundamentado no trabalho. Desse modo, tal projeto ser dirigido ao conjunto da sociedade e não a alguns poucos não se realizando por uma vontade alheia à das classes subalternas, em suas mais variadas inserções na totalidade e no seu interesse em mudar a ordem vigente, para que sua liberdade, enquanto classe torne-se real.

#### Referências Bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. O possível e o necessário: as estratégias das esquerdas. In. Outubro nº 3, Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Xamã, 1999, p. 77-83.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 7-80.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere, vol. 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere, vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cartas do Cárcere; vol. 1 e 2*; trad. Luiz Sérgio Henriques; orgs. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.